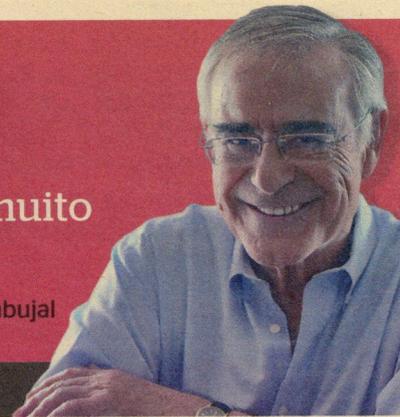


24**FEIRA DE BARCELOS**Anda o povo o dia todo
nesta faina**08****CIDADANIA**Teatro Comunitário
Ser actor na idade maior**32****CRÓNICA**Alice Vieira
O complexo da terrina**Jornal**
SêniorTive muito
gosto

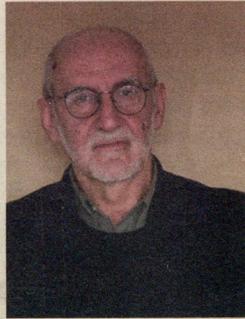
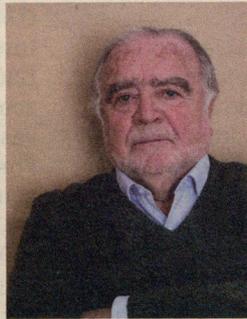
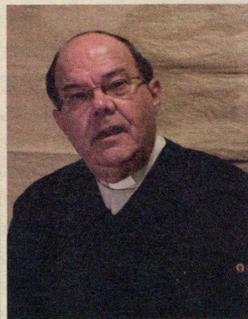
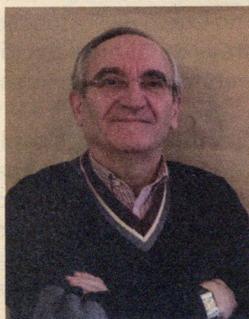
Mário Zambujal



Edição Quinzenal | 16 Janeiro 2014 | nº 18 | Ano 1 | € 0,95

**“Falta
cumprir
Portugal”**

O que nos espera em 2014 é pergunta que aflige os portugueses por estes dias. Terá valido a pena o esforço dos portugueses em 2013? Haverá luz ao fundo do túnel em 2014? O Jornal Sênior lançou o desafio de traçar o futuro próximo do País a sete personalidades de diferentes quadrantes da sociedade portuguesa. A unanimidade assenta no pouco que se fez por Portugal e no muito que está por concretizar. >12

**ARTES E OFÍCIOS****Para cada par,
uma Cinderela**

Da sua oficina em Vila do Conde saem peças em couro, que circulam nas ruas e enfrentam as luzes de palco. José Machado trabalha a pele com o tempo lento de quem constrói um poema >18

BOLHÃO**O mercado
de todos nós**

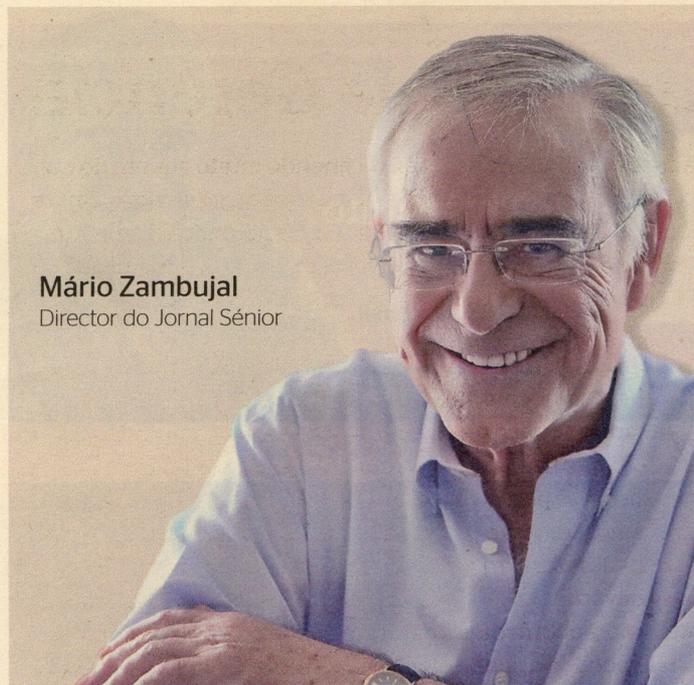
Paleta de cores, palco de odores que se misturam nas narinas e de sons de pregões, a vida das gentes do Mercado do Bolhão não deixa indiferente quem ali queira aventurar-se >16

ENTREVISTA**Manuel Pedroso
Marques**

Vida aventureira, de mil passos se fez. Pedroso Marques fala do fracassado Golpe de Beja, de 1961, da fuga de Portugal, da passagem em França, do exílio no Brasil e do regresso ao País >10

Mário Zambujal

Director do Jornal Sénior



Tive muito gosto

Escrevo o meu último texto para o Jornal Sénior e gostaria que não coincidisse com o fim de vida deste quinquenário, tal como os leitores o conhecem.

Passou cerca de um ano desde o dia em que duas voluntárias jornalistas - Maria Oliveira e Alexandra Abreu - me surpreenderam com o convite para apadrinhar, na qualidade de director, o que era o seu projecto jornalístico. Respondi, redondamente, que não. Nem pensar. Afastado há muito dos jornais e afogado noutros afazeres, não me via com tempo nem vontade para ser escolha acertada. Tão fortes argumentos não as demoveram e acabei seduzido pelo entusiasmo com que falavam do ambicionado Jornal Sénior. Não escondo que iniciei a jornada de pé atrás. Desconhecia a competência profissional das atrevidas e cedo teria dito adeus se a publicação se afastasse dos critérios de jornalismo que considero essenciais. Pelo contrário, a expressão editorial (incluindo o grafismo do Nelson Costa, um ilhéu masculino no arquipélago da feminil redacção) superou tais "exigências". Não só as minhas mas do próprio administrador e financiador, Adriano Eliseu, que repetidamente enalteceu a qualidade do que era, também, o seu jornal.

Esta despedida, talvez um pouco tardia em relação às minhas próprias disponibilidades de tempo e desejo de tranquilidade, dirige-se, antes dos mais, aos leitores - de um bom número de pessoas ouvi palavras de agrado pelo Jornal Sénior. Elogios que reencaminhei para quem os merecia, o pequeno mas admirável corpo redactorial e o grupo de colaboradores de alto prestígio que têm enobrecido estas páginas. Do sector administrativo, incluindo, necessariamente, o Adriano Eliseu, levo a recordação da simpatia com que sempre foi tratado este velho jornalista que não se arrepende de ter aceitado mais este desafio. Tive muito gosto em passar pelo Jornal Sénior.

19 mil milhões gastos em medicamentos para disfunção eréctil

Em 2013 foram vendidas 1.826 embalagens de comprimidos para tratar a disfunção eréctil, o que totalizou perto de 19 mil milhões de euros, segundo dados da consultora IMS Health citados pelo jornal Público.

Em 2012, tinha-se verificado uma ligeira descida no número de medicamentos vendidos para a disfunção eréctil, o que poderá ter estado relacionado com a crise económica e com o elevado preço destes produtos, que não são participa-

dos pelo Estado. No entanto, no ano passado, nem a crise parece ter prejudicado as vendas, já que o consumo voltou a aumentar. Para fazer face ao elevado valor destes comprimidos, foi criado um Viagra (slidefanil) em genérico, no mercado português, que custará cerca de metade do medicamento com nome comercial, variando entre os 15 euros para as embalagens de quatro unidades e os 50 euros para as de 12, segundo informações da Autorida-

de Nacional do Medicamento, Infarmed, citada pelo Público. O jornal avança ainda que em 2013 foram vendidos 1.826 produtos para a disfunção eréctil, num total de 666 mil embalagens, o que possibilitou lucros na ordem dos 19 mil milhões de euros, de acordo com a consultora IMS Health. É de recordar que o chamado comprimido azul já tinha sido há algum tempo destronado por dois concorrentes: o Cialis (Tadalafil) e o Levitra (Vardenafil).



Tutela promove mais de 1200 militares da GNR

O Ministério da Administração Interna (MAI) vai promover 1210 militares da GNR e autorizou a abertura de 400 novas vagas para ingresso no Curso de Formação de Guardas, avançou, hoje, fonte do MAI à agência Lusa.

O MAI "autorizou o processo de promoções na GNR, de forma a fazer face às necessida-

des de enquadramento e operacionais" da guarda, totalizando 1210 o número de militares a serem promovidos, refere o ministério, citado pela Lusa.

Miguel Macedo, o Ministro da Administração Interna, em despacho conjunto com a Ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, autorizou a abertura de 400 novas vagas para in-

gresso no Curso de Formação de Guardas da Guarda Nacional Republicana (GNR), acrescenta a Lusa.

Em Dezembro de 2013, o ministro da Administração Interna tinha anunciado a autorização para a admissão de 100 novos agentes para a PSP, bem como a promoção de 1056 elementos na mesma força policial.

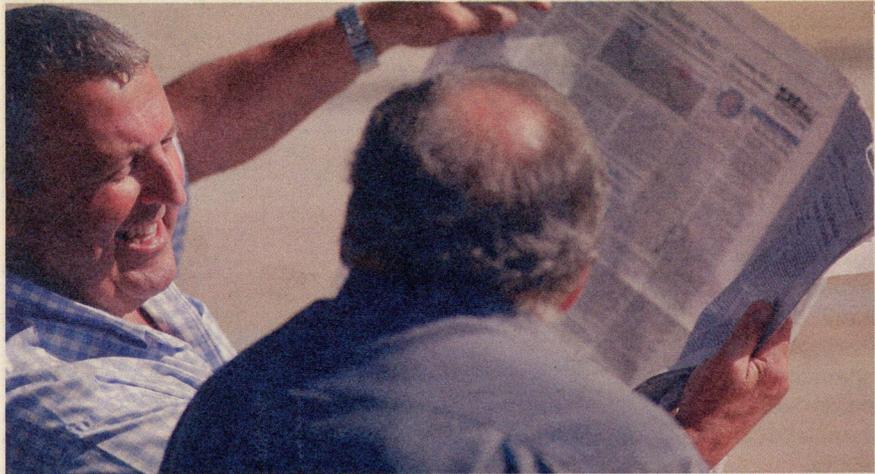
Nota da Redacção

A Gerência do Jornal Sénior decidiu ser esta a última edição deste projecto. É com pesar, mas com sentimento de dever cumprido, que esta equipa, pioneira na criação de um órgão de Comunicação Social direccionado à população sénior, se despede de todos aqueles que desde o primeiro número acompanharam este jornal. Durante oito meses, quinquenalmente, estivemos presentes em banca, contando com a colaboração de uma fantástica equipa de profissionais a quem hoje publicamente agradecemos. Ainda uma palavra de profundo apreço a Mário Zambujal, Director do Jornal Sénior, que connosco está desde a primeira hora. Esta equipa editorial despede-se, assim, com a promessa de não esquecer este público sénior no futuro. Até lá, bem-hajam e muito obrigada.

Jornal
Senior

RODRIGUES, Humberto Lopes, José Vegar, Leonor Xavier, Manuela Garcia, Marta Martins, Pedro de Freitas (Consultor Médico), Rui Tovar, **FOTOGRAFIA** Sandra Bernardo (fotografia@jornalsenior.pt) **ILUSTRAÇÃO** António Pilar **DIRECÇÃO CRIATIVA E DESIGN GRÁFICO** Nelson Costa **COORDENAÇÃO** Helena Carvalho (hcarvalho@jornalsenior.pt) **DIRECÇÃO COMERCIAL** Ricardo Lamy (rlamy@jornalsenior.pt) **PUBLICIDADE** Mário Serra (mserra@jornalsenior.pt), Mário Rodrigues (mrodrigues@jornalsenior.pt), Artur Sentieiro (pub.norte@jornalsenior.pt) **MORADA** Rua Duque de Palmela nº2, 2º Dto. - 1250-098 Lisboa **CONTACTOS** Telefone: 00351 213301980 - Fax: 00351 213301986 - geral@jornalsenior.pt - Apartado3801, EC Santa Marta - 1151-801 Lisboa **PROJECTO EDITORIAL** Begin Comunicação **PROPRIEDADE** ProsPerPagina - Edição de Livros e Publicações, Unipessoal **IMPRESSÃO** PROS - Promoções e Serviços Publicitários, Lda., Rua Duque de Palmela nº2, 2º Dto. - 1250-098 Lisboa **DISTRIBUIÇÃO** VASP - MLP - Quinta do Grajal - Venda Seca - 2739-511 Agualva Cacém **Nº CONTRIBUINTE** 510262988 **Nº REGISTO ERC** 126360 **Nº DEPÓSITO LEGAL** 358970/13 **ISSN** 2182-9233 **PERIODICIDADE** Quinzenal

“Operação Censos Sénior 2014” já no terreno



Arrancou ontem a quarta edição da campanha de identificação de idosos que vivem sozinhos, promovida pela Guarda Nacional Republicana (GNR). A “Operação Censos Sénior 2014” traduz-se numa campanha de segurança direccionada à população sénior, e tem como objectivo “actualizar o registo dos idosos que vivem sozinhos e/ou isolados e identificar novas situações”, explicou a GNR em comunicado. A mesma operação prevê ainda a realização de acções de sensibilização, para que sejam adoptados “comportamentos que reduzam o risco de [os idosos] se tornarem vítimas de crimes” No decorrer desta campanha será ainda divulgado o programa

“Residência Segura”, que pretende levar os seniores a preencher uma “ficha de residência” com os elementos necessários para a elaboração de um mapa onde figure a localização de todas as residências aderentes ao projecto. Segundo a GNR, deste modo será possível direccionar os meios humanos e materiais e promover o policiamento de proximidade junto destas populações. A terceira edição da “Operação Censos Sénior”, realizou-se entre 15 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2013. A GNR sinalizou, então, 28 197 idosos que residiam sozinhos e/ou em locais isolados. A operação que ontem arrancou prolonga-se até 15 de Fevereiro.

Comunicado da Gerência

É com o sabor acre da realidade dos factos que vimos anunciar a suspensão do Jornal Sénior.

Bem avisados fomos que não era o momento certo. Que um Jornal em papel não ia resultar.

Fomos surdos e teimosos. Não estamos arrependidos. Conhecemos gente que nunca teríamos conhecido. Apoiámos Instituições que ficámos a admirar. Ouvimos histórias pessoais dramáticas que tentámos suavizar. Fizemos o que gostamos de fazer e o que achamos ser nosso dever.

O nosso projecto não encontrou a aceitação do grande público a que se destinava, correspondente ao esforço de investimento particular que foi feito. Não tínhamos outro interesse que não fosse o de criar um meio de comunicação que cumprisse uma missão social que julgámos, e continuamos a julgar, importante para o País, para nós.

Empenho houve de todas as partes. Do Director, sempre disponível, sempre presente, esforçando-se por divulgar o nosso Jornal de uma forma inequivocamente desinteressada. Da redacção, com Jornalistas trabalhando horas a fio, madrugadas frequen-

tes, recebendo muito aquém do que valia o seu esforço, profissionalismo e dedicação. Colaboradores empenhados, sempre prontos. Articulistas de nome feito, dando idoneidade à nossa publicação, muitos deles gratuitamente, imbuídos do espírito de missão que, temos que reconhecer, foi comum a todos quantos nos deram o seu melhor.

Infelizmente as vendas não corresponderam às nossas vontades.

O departamento comercial encontrou, com algumas honrosas excepções, reduções de orçamentos dos anunciantes, dificuldades e silêncios. Este é o último número do nosso Jornal. Temos a consciência de não termos completado a nossa missão, mas também o orgulho de termos cumprido todas as nossas obrigações com colaboradores, fornecedores e assinantes. A estes vamos devolver as verbas adiantadas pelos números que deixaram de receber.

Não abdicamos da certeza de que faz falta um Jornal como este.

Que alguém o faça melhor do que nós e com maior capacidade financeira. Ficaremos atentos a novos projectos nesta área.

VIGIA | APOIA A SUA SAÚDE!

Quer tomar um suplemento alimentar mas tem dúvidas?

O VIGIA esclarece!

O VIGIA é um serviço que coloca a seu dispor uma equipa de médicos e farmacêuticos que esclarecem as suas dúvidas relacionadas com a toma de suplementos alimentares e chás. Basta ligar para o número que consta no símbolo VIGIA e falará de imediato com um farmacêutico que o aconselhará da melhor forma.



Escolha produtos com o símbolo VIGIA na embalagem, eles são uma opção de confiança!

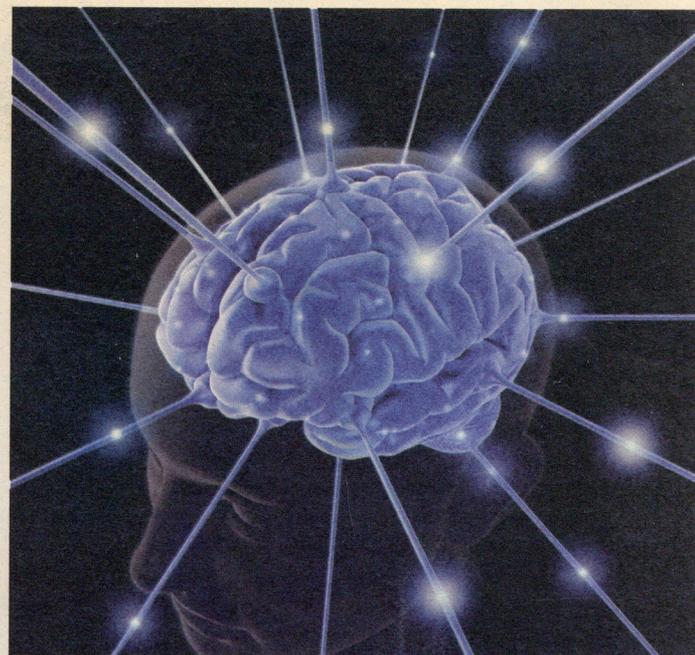
Um serviço
labialfarma
laboratório de produtos farmacêuticos e nutracêuticos, sa

Estudo da memória impulsionado com 2 milhões de euros

São cerca de dois milhões de euros para estudar o mecanismo do cérebro que organiza as memórias, e foram esta semana atribuídos pelo European Research Council (ERC) a Rui Costa, investigador principal do Programa de Neurociências da Fundação Champalimaud. O financiamento serve um propósito definido: estudar, durante os próximos cinco anos, “as bases neurais do processo de *chunking*”, elucida um comunicado emitido pela Fundação. Desmontemos o termo cientí-

fico. *Chunking* remete para organização em módulos ou parcelas, e traduz um mecanismo que permite organizar memórias e acções de forma eficiente no cérebro. Rui Costa estende-se na explicação. “O *chunking* é um mecanismo que nos permite organizar memórias e acções de forma eficiente. Sabe-se que os circuitos neuronais dos gânglios da base são importantes para este processo, no entanto, sabe-se ainda muito pouco sobre como é que os elementos individuais destes circuitos neu-

ronais estão ligados entre si”. E acrescenta: “é fundamental perceber quais são, ao nível neuronal, as unidades-base deste processo. Com este projecto iremos dissecar, com uma precisão espacial e temporal sem precedentes, o papel dos sub-circuitos dos gânglios da base no processo de *chunking*”. E a distribuição dos dois milhões está já estabelecida. A sua aplicação recairá sobre equipamento, tecnologia e na equipa, de cerca de 20 pessoas, que permitirá a concretização do projecto.



Apenas 113 câmaras cumprem lei das 40h na Função Pública

Das 308 câmaras municipais, apenas 113 estão a cumprir a nova lei das 40 horas semanais de trabalho na Função Pública. As restantes mantêm o regime anterior de 35 horas, avança o Jornal de Notícias. O incumprimento está a gerar desigualdades laborais entre municípios e trabalhadores de uma mesma autarquia, acrescenta o diário.

Lisboa, Loures, Sintra, Marco de Canaveses ou Amaranthe são alguns dos municípios que mantêm as 35 horas semanais, enquanto Porto, Penafiel

ou Baião estão a cumprir a regra aprovada na Assembleia da República pelo PSD e pelo CDS.

O Jornal de Notícias escreve que esta situação só é possível porque no acórdão que declara a constitucionalidade da medida, existe uma porta aberta que admite as 35 horas em casos de novos contratos colectivos de trabalho, o que levou o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) a tentar renegociar os acordos colectivos com as diferentes autarquias do País.

Adiado programa de rescisões para técnicos superiores da Administração Pública

O programa sobre rescisões por mútuo acordo para os técnicos superiores da administração pública vai entrar em vigor na próxima segunda-feira, uma semana após o que estava previsto.

Segundo a Agência Lusa, o secretário-geral da Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP), Nobre dos Santos, afirmou que “a entrada em vigor da portaria sobre as rescisões amigáveis para os técnicos superiores, que deveria ter começado a vigorar no dia 13, passou para dia 20 de Janeiro”.

Nobre dos Santos acrescentou que o governante prometeu enviar aos sindicatos dentro de 24 a 48 horas a última versão da

portaria, cita a mesma fonte.

A FESAP aproveitou o encontro com o secretário de Estado da Administração Pública, José Leite Martins, para manifestar as suas preocupações no que respeita à situação geral do sector e à diminuição das condições de trabalho dos funcionários públicos, acrescenta a Lusa.

O programa de rescisões por mútuo acordo para os técnicos superiores e carreiras subsistentes, que entrará em vigor na próxima segunda-feira, prevê indemnizações de 1,25 salários por cada ano de serviço para os trabalhadores até aos 50 anos e de um salário por cada ano de serviço para os funcionários entre os 50 e os 59 anos.

Linha SOS para património imaterial em risco

O alerta vem da Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI), que veio esta semana defender a criação de uma Linha SOS que permita direccionar a atenção para situações de bens culturais imateriais em risco. Cenários onde se justifiquem medidas de salvaguarda urgentes. O tema será alvo de debate já este sábado, no Peso da Régua, no decorrer das primeiras “Jornadas para a salvaguarda do património cultural imaterial do Norte”. Em declarações à Agência Lusa, Luís Marques, antropólogo e presidente da PCI, defendeu fazer sentido a criação do que chamou “Linha SOS - Património Cultural Imaterial em Perigo”. Riscos que, em seu entender, resultam da permanência de “certas concepções ainda influentes na socieda-

de portuguesa e que persistem em não reconhecer o seu valor identitário”. E acrescenta: “Isto para além das adversas condições sócio-económicas actuais, que levam, por exemplo, à emigração, com o despovoamento de boa parte das zonas do interior e o consequente desaparecimento ou extinção de inestimáveis expressões culturais imateriais”. Alexandre Parafita, professor e investigador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), afirmou, também à Lusa, que em toda a região Norte, se contam “aos milhares os bens culturais a carecer de protecção e salvaguarda”. Entende o investigador que “muitos deles são merecedores de constar na lista de património imaterial classificado pela UNESCO, tal como aconteceu com o o fa-

do e a dieta mediterrânica”. E dá exemplos: o Auto de Floripes, no concelho de Viana do Castelo, as Celebrações da Semana Santa, em Braga, ou a Festa da Bugiada, em Sobrado (Valongo). E não fica por aqui, a listagem de bens “identitários na região”, que para este especialista “não usufruem da mesma dinâmica mediática”. É o caso dos ritos solsticiais de Inverno em Trás-os-Montes, como os Caretos de Podence, os rituais de máscaras de Bragança e Vinhais, ou ainda as Festas dos Rapazes de Torre de Dona Chama. E Alexandre Parafita reforça: “há ainda que encarar o património cultural imaterial profundo, esse, sim, em risco de extinção por força do desaparecimento dos seus intérpretes, ‘tesouros vivos’, como lhes chama a UNESCO”.

O SERVIÇO ÓTICO
100% PORTUGUÊS

É NACIONAL. É NOSSO.

INSTITUTOPTICO.
PORTUGUÊS
HÁ 25 ANOS

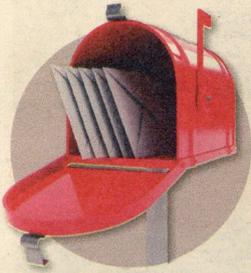


institutoptico

À DISTÂNCIA DE UM OLHAR



www.institutoptico.pt
www.facebook.com/grupoinstitutoptico
telefone: 21 351 53 50



Este espaço é seu

Caro leitor, este espaço é seu. Onde pode ver reflectidas as suas opiniões, críticas e sugestões. Faça-nos chegar, via correio electrónico, carta ou telefone, o seu parecer sobre o que lê aqui, o que gostava de ler e também - por que não? -, o que não gostou ou discorda. Pretendemos dar voz a todos os que nos acompanham quinzenalmente, levar a cada leitor informação útil e pertinente mas, sobretudo, tornarmo-nos num amigo que lhe fará companhia e o incentivará a viver melhor os melhores anos. Contacte-nos através do endereço electrónico geral@jornalsenior.pt ou por carta para o Apartado 3801, EC Santa Marta - 1151-801 Lisboa.



As opções do consumidor Serafim Marques, 63 anos, economista

O Senhor Silva não resistiu à agressiva publicidade sobre o chorudo prémio do Euromilhões. Afinal, quem é insensível a tão forte apelo, em não arriscar meia dúzia de euros, mesmo sabendo que a probabilidade de acertar é ínfima? "Corto em três ou quatro bejecas e posso arriscar mais duas apostas no Euromilhões desta semana" - assim pensou e assim agiu o Senhor Silva. Assim, nessa noite e colado em frente ao ecrã da TV, aguardava pelo sorteio da chave vencedora e que poderia ser a sua felicidade e, conferida a chave com as apostas do seu boletim, o Senhor Silva verificou que acertou em quatro dos cinquenta números e mais uma das onze estrelas, batendo à porta dos prémios grandes. Mesmo assim valeu a pena. De imediato, pensou o que faria com aquele ganho extra. Gastar ou poupar, tal como tinha ouvido num debate televisivo em que os "opinadores" diziam que os portugueses deveriam poupar mais, para que dessas poupanças surgissem os capitais para se investir mais? Mas também se lembrou de ouvir, sistematicamente, de que a diminuição do consumo interno está a atrofiar ainda mais a nossa economia. Ficou confuso, mas decidiu oferecer à esposa um fim de semana romântico, naquele lugar onde há quatro décadas tinha passado a sua lua de mel. Se assim pensou, melhor o fez e agarrou no telefone para fazer a marcação da estadia e da recepção do hotel pediram-lhe que fizesse uma transferência bancária de duzentos euros.

Alguns dias depois...

Com os fundos transferidos pelo senhor Silva, o hotel (H) estava em condições de poder liquidar uma dívida de igual valor ao seu fornecedor de mercearia (M) e assim o fez. A empresa (M) pôde fazer o mesmo para com o seu fornecedor grossista (FG) e este igualmente liquidou uma dívida que tinha com a agência de viagens (AV). Por fim e com

o mesmo valor, esta agência (AV) liquidou ao hotel (H) o remanescente duma dívida referente a um grupo excursionista que ali tinha alojado. Assim, os duzentos euros recebidos, adiantadamente, pelo hotel, do Senhor Silva, ao qual ainda não lhe prestou qualquer serviço, voltaram à conta bancária do hotel. Confuso, caro leitor? O que se passou entre estes agentes económicos, com transacções entre si, foram apenas meras operações contabilísticas, perfeitamente normais. Foi o circuito do dinheiro, seja através das próprias notas seja através do dinheiro virtual das transferências electrónicas, que graças às notas recebidas do prémio, e que nem saíram do banco, puderam cumprir a sua função em que a despesa (D) de uns é receita (R) de outros. Neste exemplo, não foi criada ainda riqueza, mas o dinheiro cumpriu a função contabilística permitindo àquelas pequenas empresas saldarem as dívidas entre si.

Algum tempo mais tarde...

Afinal, o Senhor Silva e a mulher mudaram de ideias e deixando-se levar pelos instintos da "avosidade", cederam ao apelo natalício do seu único neto e iriam usar o valor do prémio ganho na oferta duma dessa maquinas modernas que deliciam a nossa juventude. Assim, o Senhor Silva telefonou ao hotel a pedir o cancelamento da reserva e solicitou a devolução do dinheiro, invocando um "motivo de força maior" e, com esta opção, "marimbou-se" nas muitas "lições de economia" que ouve por todo o lado e optou pela despesa que menor efeito tem na nossa economia e nas suas variáveis (PIB, emprego, etc.), porque o bem é importado. Opções soberanas do consumidor, muitas vezes insensível ao efeito dessas decisões na economia nacional e, indirectamente, no seu próprio rendimento ou de familiares e amigos, porque numa economia pequena como a nossa, as opções dos consumidores e demais agentes económicos, adquirindo bens e serviços made in Portugal têm um importante efeito na nossa sociedade, gerando e distribuindo riqueza, através de salários, lucros, etc. e, sem falsos nacionalismos, a importância dessas escolhas é vital para combater a crise económica e social e que as medidas de austeridade, internas e externas, agravaram. "Só se sai da crise com o aumento da procura interna (consumo) e externa (exportações)" - tese académica e defendida pelos 10 mi-

lhões de economistas que somos, embora a poupança, que é contrária à opção de consumir, seja necessária para que o País possa aplicá-la nos investimentos que façam crescer, sustentadamente, a nossa economia. O velho consumismo, odiado pela esquerda, porque é gerador do "odioso" lucro, esquecendo-se que também ele cria emprego e distribuição de salários, é hoje visto como panaceia. E a poupança, própria da tradicional prudência operária, do passado, mas avessa à classe média mais consumista e hedonista, e que a crise os tornou "dependentes" da poupança e das privações dos "velhotes", é olhada como barreira ao combate da recessão na nossa economia. Dilemas da Economia, num País em crise.

As contradições de José Gomes Ferreira Leonel Gonçalves, Lisboa

Habituei-me a ver e apreciar, na SIC, as intervenções de José Gomes Ferreira (JGF), embora, nos últimos tempos, tenha verificado certas incoerências. Na entrevista ao Jornal Sénior são por demais evidentes. JGF é como grande parte dos políticos e comentadores - fazem um bom diagnóstico dos problemas e depois receitam medidas contraditórias e comprovadamente erradas pela experiência. No início da entrevista faz uma declaração de princípios: "Estes senhores [do Governo] têm uma receita de austeridade com a qual eu não concordo". Aborda os temas que lhe são caros, como as PPP e as rendas das grandes empresas, afirmando que "os portugueses estão a pagar muito mais do que deviam nestas negociatas na luz, nos combustíveis, no gás, nos serviços bancários. Tudo pago a preços exorbitantes". Frisa também a grande parte da economia que foge aos impostos, e o "planeamento fiscal agressivo" que evita pagá-los em Portugal. Pergunta depois: "Então não é um escândalo, isto? E o nosso Governo não diz nada?" para concluir que "temos de tributar mais estes negócios de favor". Olhando para estas declarações, fico perplexo com a resposta para sairmos da situação em que nos encontramos: "Agora não há nada a fazer, temos mesmo de aguentar estes cortes de salários e pensões, que não foram só para o sector público". Pois não, aos reformados do sector privado o Governo está a tirar aquilo que não pertence sequer ao Estado, pertence a

um fundo resultante das contribuições (obrigatórias) dos trabalhadores e empregadores. Se o Governo não tem legitimidade para cortar as pensões da CGA, muito menos a terá para os cortes nas pensões da Segurança Social.

Como é que JGF compatibiliza aquela conclusão com as medidas que, desafiando o Governo, diz que deveriam ter sido adoptadas? Então o Orçamento não poderia contemplá-las? E alguma coisa impede o Governo de as tomar agora? Terá de haver decisões, mesmo que inconstitucionais, como sugere? E como sustenta a afirmação de que "todos os políticos que dizem que há outra alternativa mentem descaradamente" sem admitir que está a proceder da mesma forma, já que apresentou outra austeridade e outra alternativa? JGF acaba por entrar na fraseologia do Governo ao dizer que "A austeridade está a resultar em vertentes decisivas para a nossa vida colectiva". Mais adiante, citando estatísticas, na linha do discurso oficial, sem respeito pelas vítimas, a mais irritante e despuddorada declaração: "E vejamos como este País e este povo fez uma coisa notável E foi consequência da austeridade". Logo a seguir, com lágrimas de crocodilo, refere os "2,6 milhões de pessoas que estão a cair na pobreza em resultado desta política". Mas atenção, JGF na descola dos argumentos do poder: "Quando a oposição diz que a austeridade falhou em toda a linha, não é verdade. Desengane-se quem diz que havia outro caminho". Por mim, estou desenganado deste opinion maker.



Sandra Bernardino

soCALM[®]

Dr. Rechell
FRANCE

ÚNICO

soCALM

Combina a compressão com a difusão de ingredientes activos à base de óleos essenciais naturais de longa duração

soCALM

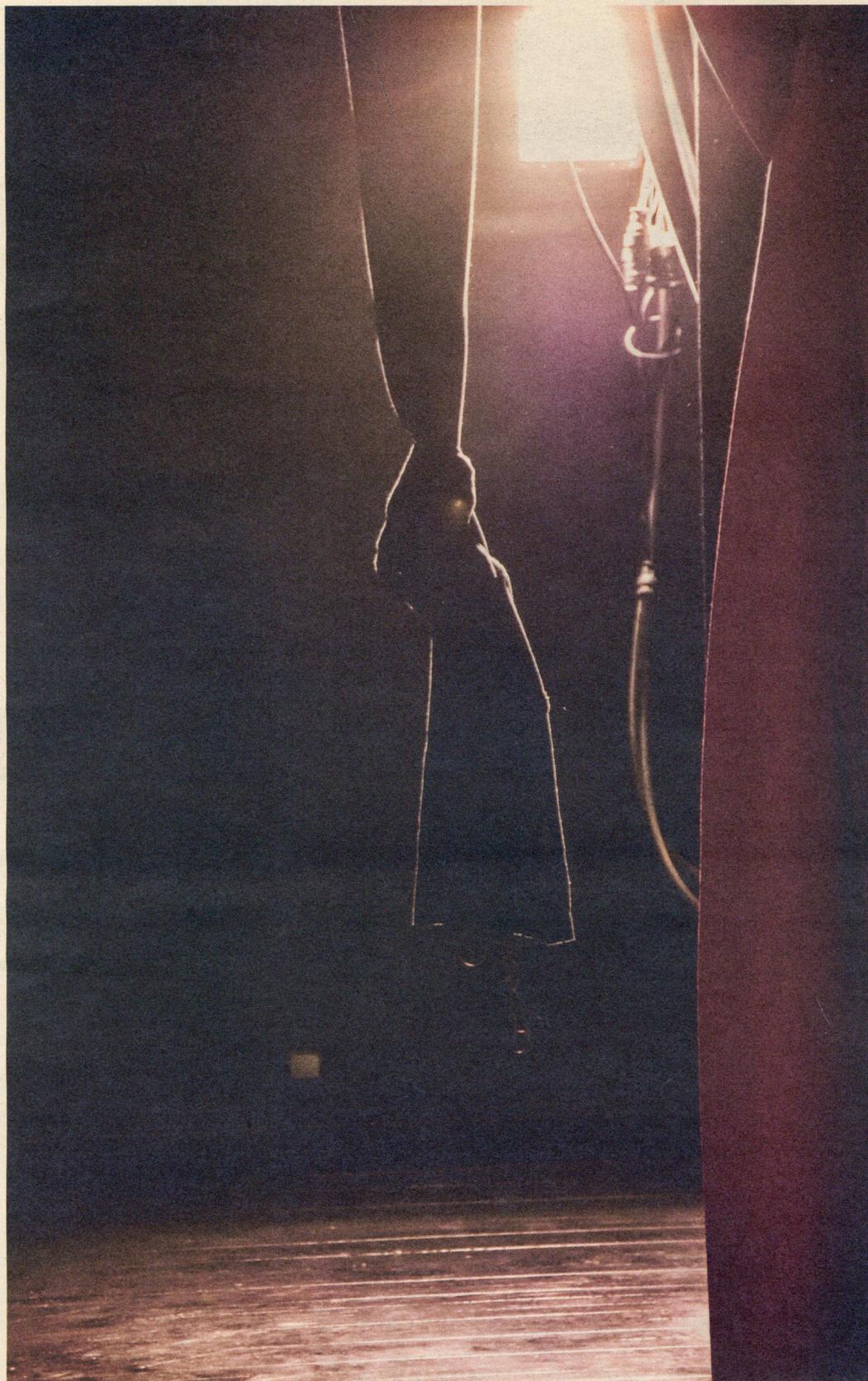
Permite melhorar notavelmente o conforto articular e favorecer uma melhor mobilidade na prática de desportos, jardinagem, actividades domésticas e no dia a dia de todas as pessoas com dificuldades nas articulações principais.

À venda na *Wells* e Farmácias especializadas.



Se desejar saber mais sobre esta tecnologia patenteada por AB7 – França, consulte www.borwith.net / ou contacte o representante em Portugal.

PROCASA Lda.
Tel. 214 849 072
www.procasa.pt



Ser actor na idade maior

Se um dia sonhou com as luzes da ribalta mas não teve oportunidade de concretizar o sonho, saiba que ainda está muito a tempo de pisar o palco e de fazer parte de um grupo de teatro. O teatro comunitário familiARTE, em Carnide, Lisboa, é um grupo aberto à participação de todos, de crianças, jovens e idosos, e neste momento tem falta de actores voluntários mais velhos. Pense nisso.

Texto: Carla Rodrigues
Fotografia: Sandra Bernardo

Chove a cântaros e o frio húmido entranha-se nos ossos. A noite é cerrada e ainda não são sete horas. O início do ensaio está próximo. Os actores vão chegando às pingas. Uns chegam completamente ensopados, mas isso não lhes abala o ânimo. Representar, ainda que em registo voluntário, é um prazer que descobriram aqui, no palco do Centro Cultural de Carnide, que tem sido, nos últimos três anos, a casa do familiARTE, um projecto artístico local em colaboração com e para a comunidade do Bairro Padre Cruz, na freguesia de Carnide, em Lisboa. Todos podem participar, entrando numa peça, e nem sequer têm de ter um talento por aí além para representar. Vontade, gosto e assiduidade são os únicos requisitos necessários.

Como qualquer profissional, os actores e atrizes amadores têm de decorar os textos e ensaiar todas as segundas-feiras, das 19h00 às 20h30, para se prepararem para o grande dia - a estreia da peça.

A ideia partiu da Companhia de Teatro Umbigo que, numa perspectiva cultural e social, propôs-se criar este projecto. Como explica o director da Umbigo, Rogério Paulo, "familiARTE é uma proposta de trabalho comunitária através das artes, que deseja oferecer às pessoas do bairro a oportunidade de criarmos algo em conjunto. É de cariz não profissional e cada um pode participar e ajudar nas várias vertentes que uma produção teatral envolve".

"SINTO-ME EM CASA"

Depois de no ano passado terem apresentado a peça "Quadros Soltos", da autoria de Ricardo Barceló e Javier Tomeo, este ano prometem surpreender a audiência com "Deus", de Woody Allen. Já passa das sete. Faltam alguns actores, mas o encenador dá início ao ensaio. Já estão todos no palco. Olhos focados no texto, andam de um lado para o outro e, cada um na sua vez, debitam a fala. Ainda não houve tempo para decorarem as falas todas. Agora é Dora que tem a palavra. Dora é das personagens com mais texto, e, por isso, com mais destaque, nesta peça. Quem a personifica é a professora primária Rafaela Alpalhão, de 29 anos. "Dora começa por fazer parte do pú-

blico e de repente entra na peça e vai tentando ter um papel mais activo e mais interventivo em palco. É uma mulher muito sedutora que usa o seu charme para encantar os homens e desse modo alcançar os seus objectivos." Tal como os outros actores, Rafaela ainda não prescinde dos papéis nesta altura do ensaio. "Começamos a ensaiar esta peça em Outubro. O texto é longo, preciso de mais tempo." Justamente por lhe caber muitas falas, ela e mais dois ou três costumam ficar a ensaiar para além da hora. "Às vezes saio daqui só às 11 da noite. Chego a casa tarde, cansada, mas não me importo. Isto é muito gratificante. Adoro. Não sei explicar porquê. Assim que piso o palco sinto uma nervoseira grande, mas uns segundos depois, quando estou lá em cima e olho para o público, a coisa passa, sinto-me em casa."

O teatro não é coisa estranha para esta professora do primeiro ciclo. A primeira experiência em cima do palco aconteceu há alguns anos, quando era estudante do ensino secundário. A vida profissional, entretanto, desviou-a desse gosto, mas há três anos a vontade de recomençar foi tão forte que se tornou inadiável. "Fui à Junta de Freguesia de Benfica, porque sabia que tinha um grupo de teatro, mas não fui aceite. A equipa de actores estava lotada. Não precisavam de mais gente. Depois fui à Junta de Carnide e lá falei-me do familiARTE. Já não vim a tempo de participar na primeira peça, os ensaios estavam muito adiantados e faltava pouco para a estreia. Tive pena, mas o importante é que pude integrar a equipa de actores e representar nas peças seguintes."

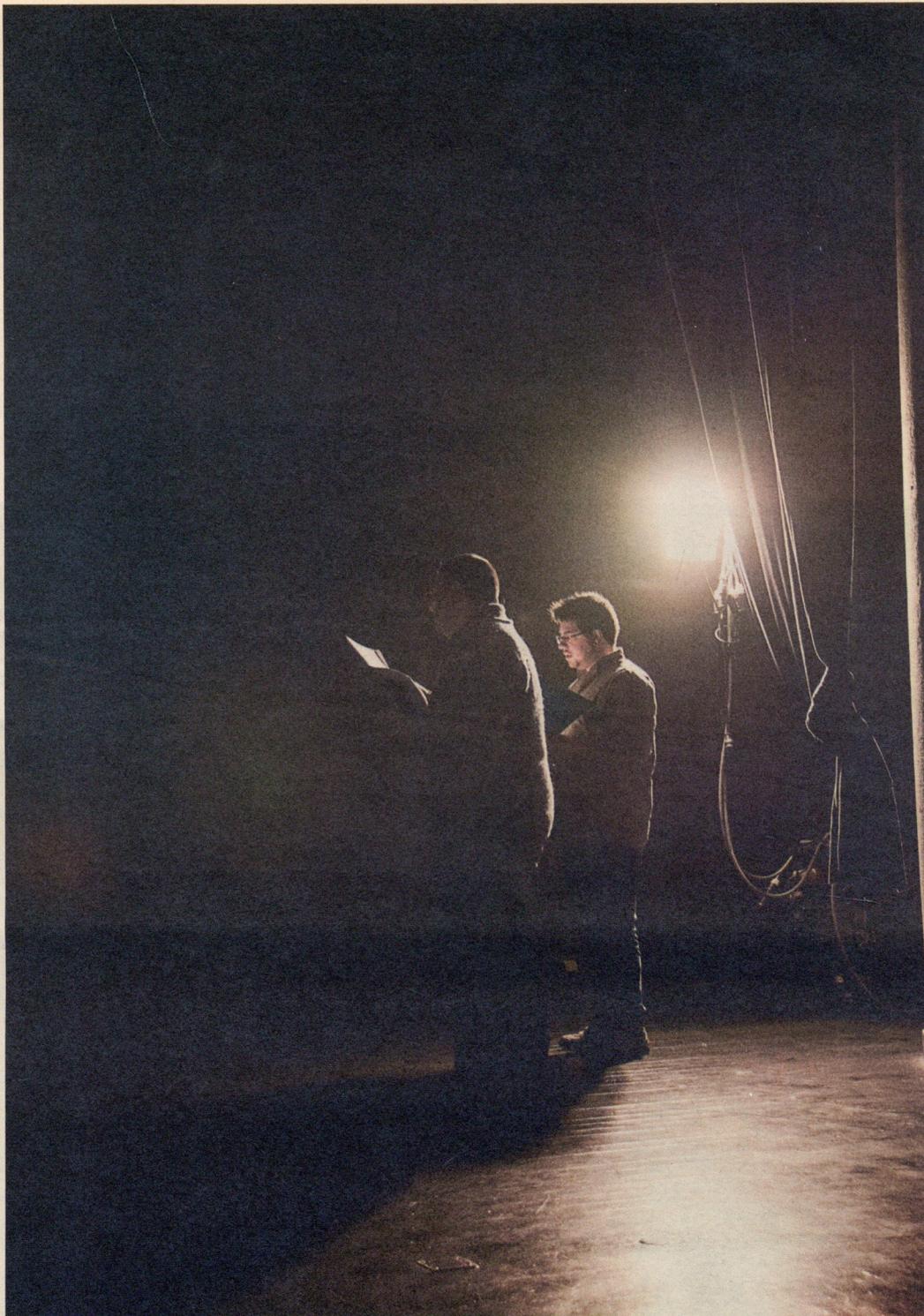
UM MEIO SAUDÁVEL DE PROMOÇÃO DA UNIÃO ENTRE AS PESSOAS

Quem entrou na primeira peça foi Mouzinho Arsénio, 66 anos, um apaixonado por teatro. Mouzinho chegou ao familiARTE pela mão do encenador residente Ricardo Barceló. "Achei muito interessante este projecto que o Ricardo está a desenvolver e nem por momentos hesitei em juntar-me a ele. Gostei muito da forma como ele se propõe juntar as famílias e as pessoas de Carnide. Acho que o teatro é um meio muito saudável e eficaz de promover a união e a interacção entre as pessoas." Durante um ano, Mouzinho fez parte do familiARTE,

no entanto, "outros afazeres" fizeram com que abandonasse o projecto: "O facto de ter saído, não significa desprezo. Tive mesmo que sair. Mas recomendo. Para quem, como eu, adora teatro, estar envolvido numa coisa destas é muito compensador."

Não há dúvida de que Mouzinho, de facto, adora fazer teatro. Com uma vida profissional inteira dedicada à banca - hoje está reformado -, o tempo não lhe sobrava para se entregar de corpo e alma ao talento que cedo revelou na arte da representação. Começou a fazer teatro amador aos 16 anos, na Sociedade Primeiro de Agosto de Santa Iria de Azóia e aí ficou até aos 22 anos. Depois, as circunstâncias políticas da época transportaram-no para outros palcos, onde, durante três anos, lhe coube representar o papel mais difícil da sua vida num dos cenários de guerra colonial, Angola. Findo o serviço militar, permaneceu em Luanda e aí recomeçou a fazer teatro, nos tempos livres. O regresso a Portugal deu-se em 1982, depois de uma temporada no Brasil, mas só quatro anos depois é que surgiu a possibilidade de fazer um curso de teatro e, de novo, abraçar a sua paixão. "O curso era dado pelo Alfred Gutking, do IFICT-Instituto de Formação, Investigação e Criação Teatral, e era promovido pelo grupo de teatro da Caixa Geral de Depósitos (eu trabalhava na secção de informática da CGD)."

O que aprendeu com Alfred Gutking aplicou no grupo de teatro do Grémio Dramático Povoense, de Santa Iria de Azóia, a que pertenceu depois. Mas "falsidades que contaminam o meio artístico" afastaram-no, uma vez mais, durante anos do teatro. Até um dia, quando o convidam para ir ver a peça "Tamara de Lempicka", levada à cena pelo grupo de teatro Fatias de Cá, de Tomar. "Gostei tanto, tanto, da peça que a vontade de voltar a fazer teatro reacendeu-se cá dentro. Fiquei em pulgas. De tal maneira estava entusiasmado que entrei para o grupo Fatias de Cá." Tomar, no entanto, ficava fora de mão para quem vivia em Santa Iria de Azóia. Mudou-se mais tarde para Palmela e lá passou a fazer parte do grupo de teatro Estúdio Fonte Nova. Fez outro curso, na antiga NBP (hoje Plural), no malogrado Teatro Vasco Santana, depois integrou o grupo de teatro Pano Cru, de Azeitão. Quando foi viver para Porto Sal-



vo, juntou-se ao grupo de Artes Cénicas de Carnaxide e aí perto, em Linda-a-Velha, chegou a fazer teatro profissional no grupo Intervalo. Nessa altura já estava no familiARTE, onde permaneceu um ano.

FALTAM SENIORES NO TEATRO

Mouzinho não era o único sénior neste grupo. "Havia uns quantos e nem todos eram do bairro Padre Cruz, de Carnide." Agora, o familiARTE tem maioritariamente crianças e jovens e também nem todos residem no bairro. "Temos quatro crianças com 10 e 11 anos, 15 jovens entre os 12 e os 15 anos, e os restantes elementos são adultos. Ao todo, somos 30", diz o actor e encenador Ricardo Barceló, também ele muito jovem. Mas o que terá acontecido aos seniores para este ano não fazerem parte do familiARTE?, perguntámos. "Não faço ideia. Simplesmente, este ano não nos procuraram. E tanta falta nos fazem. Há papéis nesta peça do Woody Allen mais indicados para os mais velhos. Se eles resolverem aparecer, serão muito bem-vindos. A porta está sempre aberta para quem quiser fazer parte deste projecto."

"Deus", de Woody Allen, é quarta peça representada pelo teatro comunitário familiARTE. Todos os anos ensaiam e estreiam uma peça nova. Os ensaios começam geralmente em Setembro ou Outubro e as estreias são agendadas para coincidirem com o fim do ano lectivo escolar. Neste momento, o dia da estreia de "Deus" ainda não está definido.

Quem estiver interessado em fazer parte do grupo familiARTE, ainda vai a tempo de entrar na peça. Basta inscrever-se, pagar um euro por mês e já está, considere-se actor ou actriz. ●

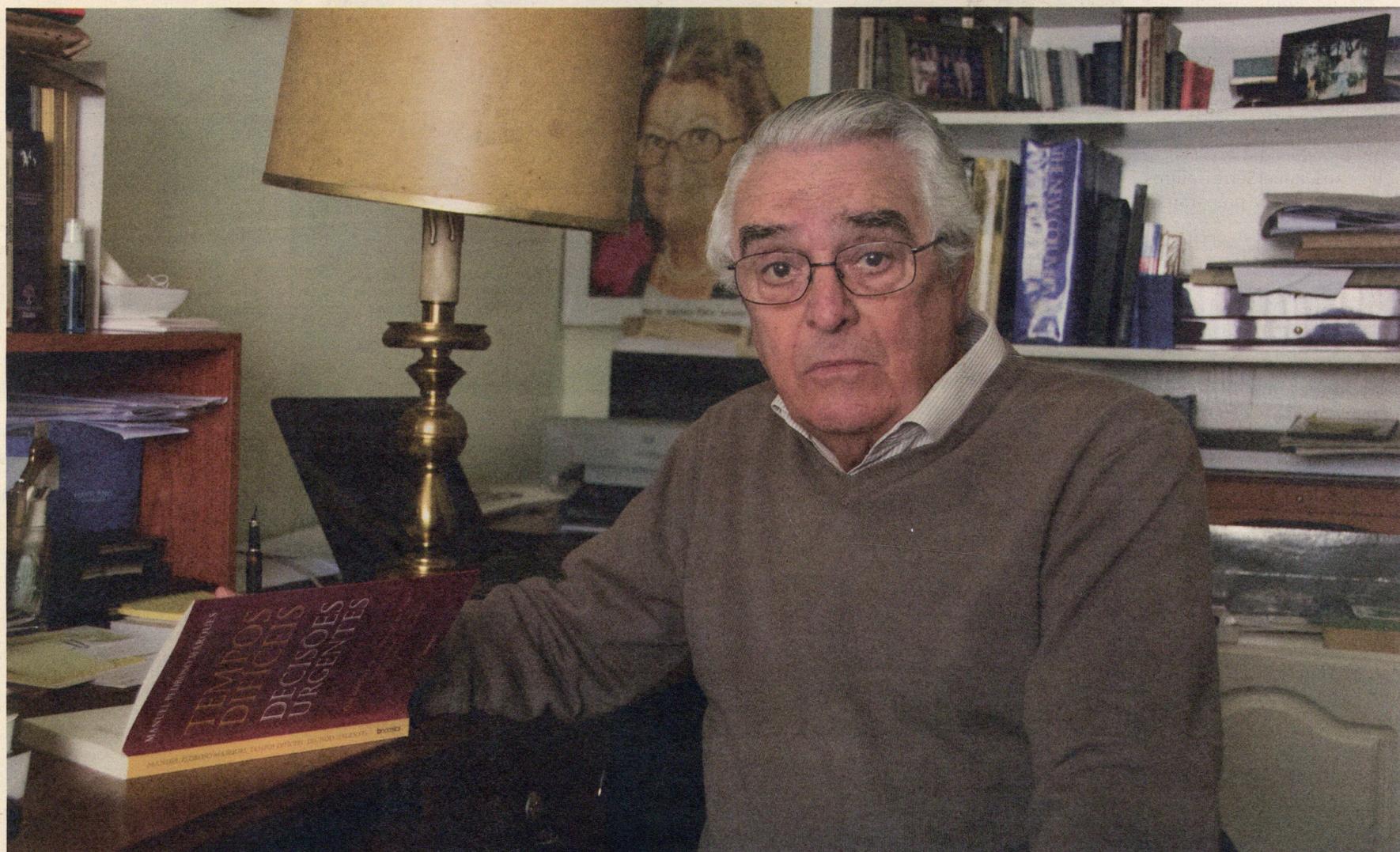
Onde inscrever-se:

Centro Cultural de Carnide
Rua Rio Cávado, 3 A -
Bairro Padre Cruz, Lisboa
Tlf.: 217122040 / 936140727
Umbigo-Companhia de Teatro (organizadora):
Tlf.: 217 160 935
Tlm.: 916 345 083 / 968 996
754 E-mail: 217 121 330
Junta de Freguesia de Carnide: Tlf.: 217 121 330
Os ensaios realizam-se todas as segundas-feiras, das 19h15 às 21h30.

MANUEL PEDROSO MARQUES

“Sou capitão do Exército português e peço asilo político”

Vida aventureira, de mil passos se fez. O fracassado Gólpe de Beja, em 31 de Dezembro de 1961, foi prenúncio de futuro, na fuga de Portugal, na passagem em França, no exílio no Brasil, no regresso, nos trabalhos e nas funções que veio a desempenhar. Encontros e desencontros que contou e a quem nos vai ler são contados.



Texto: Leonor Xavier
Fotografia: Sandra Bernardo

O que diz de si, desde o princípio?

Manuel Pedroso Marques (MPM) - Nasci em Lisboa há 79 anos, no Campo Grande. Os meus pais eram de Pedrógão Grande, tinha um irmão único, oficial de Marinha, pai da Maria Flor Pedroso e de mais dois filhos, um economista e um engenheiro, e fui pai de uma filha que faleceu nova. Estava no primeiro ano de Económicas e Finanças, e com 18 anos fui para a

Academia Militar. Depois, jovem oficial do Exército, participei no movimento contra o regime político que foi a revolta de Beja.

Que iniciação política foi a sua, nesses anos de juventude? Havia pontos de encontro, de convívio?

MPM - Quer eu quer o meu irmão tínhamos amigos que nos influenciaram. Éramos uma geração pré Vavá, encontrávamos-nos no [Café] Monte Carlo, que já não existe. Com 17, 18 anos eu era o mais novo, agora sou o mais velho dos meus amigos. Alguns, continuei a vê-los. Alguns, guar-

do-os como os melhores amigos da minha vida. E também houve outros que, depois da Revolta de Beja, me fecharam a porta na cara.

Falava-se de política?

MPM - Em casa do meu pai, que era conservador, falava-se de política. Lembro-me do meu pai obrigar-me a mim e ao meu irmão a mudar de barbeiro, que nos cortava o cabelo “à inglesa curta,” como se dizia, porque o barbeiro era germanófilo. O ambiente da Segunda Guerra, apesar de ter acabado quando eu tinha 10 anos, já levou jovens da

minha geração a ver de que lado estava a democracia.

Que livros leu, que filmes viu nesses anos 50? Militâncias políticas?

MPM - Muito neorealismo italiano, daquela coleção Três Abelhas, e muita Seara Nova e muitos panfletos clandestinos, que circulavam no País naquela altura. Ninguém estava no PC mas havia proximidades. Fui colega de rapazes que depois foram do PC e do MUD juvenil.

Os primeiros tempos no Exército?

MPM - Fui promovido a capitão, entretanto casei, tive a minha filha. Estive em Santa Margarida, na Póvoa do Varzim e em Lisboa.

Imaginava a Guerra Colonial?

MPM - A sebenta da Academia Militar chamava-se “Colónias” e passou a chamar-se “Províncias Ultramarinas.” Quando veio essa ordem, o professor mandou-nos riscar o primeiro título e escrever o segundo na capa da sebenta. Um livro que nessa altura me chegou às mãos, de Pietro Nanni, um escritor italiano, defendia que a maior conse-

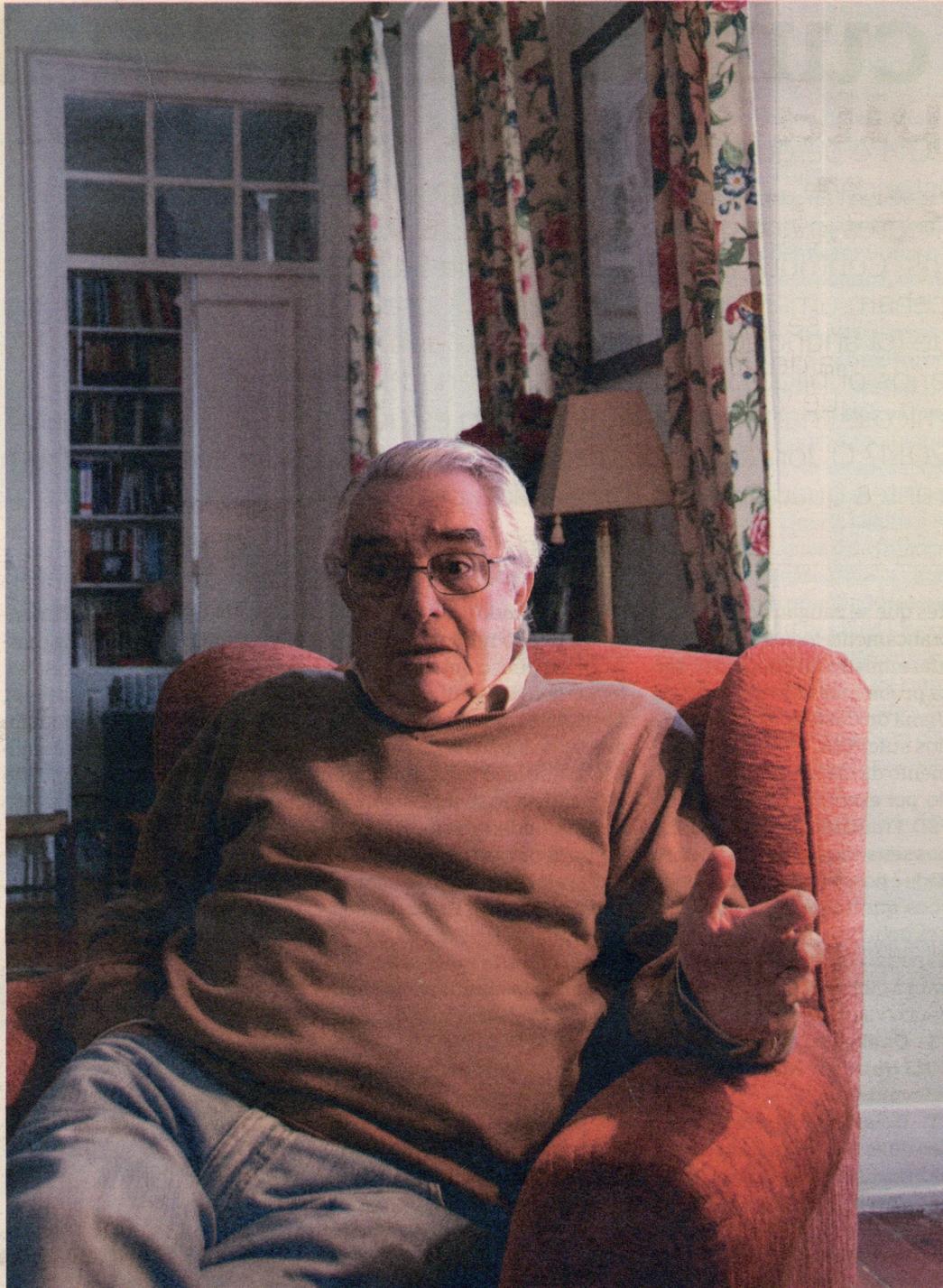
quência da Segunda Guerra era o fim dos impérios coloniais europeus, da Inglaterra, de França, de Portugal.

Como nasceu a ideia da revolta de Beja?

MPM - O início foi um movimento desencadeado em São Paulo na sequência das eleições do General Humberto Delgado. Houve a Revolta da Sé em 1959, e logo depois, 1961 é um ano fatídico para o Regime. Começa em Janeiro com o Santa Maria, há a abrilada do Botelho Moniz, que tenta um golpe palaciano contra o Salazar, depois em Dezembro há a integração dos territórios da Índia na União Indiana. E no último dia do ano, a Revolta de Beja. Eu estava ligado a militares opositores, conspirava com o Major Varela Gomes. Tinha 27 anos, quando o General Delgado envia o Manuel Serra e outros para Portugal, para prepararem o movimento. Há um grupo de militares que se conjura para o apoiar. A conspiração durava há anos, o golpe demorou pouco tempo. Tínhamos que apressar algumas coisas, porque muitos de nós estávamos referenciados pela polícia e tinham movimentos mais ou menos controlados. No fim, os militares julgados e condenados eram oito. Houve 86 réus civis e militares.

Ena acção, o que falhou?

MPM - Havia um grupo de oficiais que pertencia ao Regimento de Infantaria 3, de Beja, e um grupo de oficiais que foi de carro, de Lisboa: o hoje Coronel Varela Gomes, o Eugénio de Oliveira, o Tenente Jaime Carvalho da Silva e eu. Era uma noite de temporal. Houve um desencontro entre os civis e os militares, que prejudicou a acção, os de Beja não conseguiram que a tropa saísse. O segundo comandante deu dois tiros no Varela Gomes, quando ele se lhe apresentou. Passadas três horas ou menos, o Movimento estava considerado fracassado. Soubemos que a GNR estava a cercar o quartel. Fui deixar o Varela Gomes ao hospital, pus uma gabardina por cima da farda, apanhei um comboio de Beja para uma terra no meio do Alentejo, e daí apanhei um táxi para Lisboa. Tive de ir pedir dinheiro a um amigo para pagar o táxi, fui buscar a minha mulher e a filha, e fomos para casa de amigos. Eu fui o único militar que não foi preso, todos os outros foram presos dois dias depois. Isso assustava as pessoas que tinham que me proteger e eram presas duas semanas depois, es-



se era o tempo do segredo que eu tinha sobre a investigação da Pide. Andei um mês escondido em várias casas.

O refúgio?

MPM - Fui à Embaixada do Brasil com o Dr. Gustavo Soromenho e a dona Dulce, mulher dele, que moravam na Rua da Emenda, onde era a Embaixada, o embaixador era o Negrão de Lima. Batemos à porta, eu entrei, fechei-a atrás de mim e disse ao porteiro para dizer ao embaixador que eu vinha pedir asilo político, e assim foi. Estive quase três anos na Embaixada do Brasil em Lisboa, à espera que o Estado português me desse um salvo conduto para eu ir para o Brasil, como era obrigado pelas convenções internacionais e pela tradição. O General Delgado teve um salvo conduto e Portugal deu asilo político a exilados brasileiros.

A fuga, o exílio?

MPM - Éramos dezoito na Embaixada, por várias razões. E depois saíram todos menos eu, que fui julgado e condenado a três anos de prisão. Aí pensei que tinha de pedir asilo político territorial ao país que mo concedesse e onde pudesse viver. Um dia iludi a vigilância. Havia muros, quintais portas, nessa altura estávamos numa casa que a Embaixada tinha alugado no Restelo, para guardar os asilados. Três ou quatro meses fiquei sozinho. Tinha visitas, permitiam-me leituras, mas era sempre uma situação angustiante porque toda a gente, naquela situação, pensava em fugir. Era uma situação limite difícil. Havia um guarda e um polícia, eu conhecia os hábitos e os turnos... Saí do País, atravessei o Rio Minho num barco pequeno, ao encontro de umas ligações que

eu tinha. Fiquei quatro dias em Orense. Deve ser a terra de Espanha que eu melhor conheço, porque era obrigado a sair às sete da manhã com o dono da casa e passeava até as oito da noite, para voltar com ele. Andei de comboio, moto, carro, barco, andei um bocado. Três dias a atravessar sozinho. E aí foi complicado. Puseram-me em contacto com uns passadores emigrados espanhóis que acabaram por desconfiar de mim, porque perceberam que eu não era um trabalhador rural nem de obras, que sabia para onde ia. Pensaram que eu fosse um polícia. Viram um documento militar, tiraram-me os documentos todos e foram pô-los no meio do campo, até de Orense confirmarem que eu não era um polícia, mas um oficial que ia pedir asilo a França. Sem documentos no meio do campo no sul de França, foi

um daqueles momentos difíceis em que a pessoa não sabe o que fazer. Decidi andar, pedi uma boleia para a estação mais próxima. Apanhei o comboio para Bayonne e daí para Paris. Cheguei à Gare de Austerlitz, as pessoas olhavam para mim com um ar intrigado, devo ter dormido agitado durante a noite, já não dormia há vários dias. Fui até a Gendarmerie de la Seine, disse ao sentinela para chamar o comandante: "Sou capitão do exército português e peço asilo político." Deram-me asilo político e salvo-conduto de estadia em França, porque entretanto chegou a minha fotografia nos jornais portugueses: "Procurado pela Polícia." Saí de Portugal a 22 de Setembro e cheguei a Paris em 6 de Outubro de 1964.

Depois de França, o Brasil?

MPM - Em Abril de 65 fui para o Brasil onde já estavam a minha mulher e a minha filha, lá fiquei quase nove anos. Trabalhei em gestão, em publicidade, fui dois anos redactor da Enciclopédia Delta Larousse, fui editor. Quando cheguei ao Rio de Janeiro havia um deserto político nas actividades da oposição portuguesa. Convivi com exilados e com a oposição brasileira à ditadura militar, pessoas como António Houaiss e Otto Maria Carpeaux.

Que marcas lhe ficaram desses anos?

MPM - O Brasil deu-me uma vivência afectiva, que lá se ampliou e intensificou. Lembro-me do [Leonel] Brizola chegar exilado a Portugal depois de expulso do Uruguai, ele comoveu-se a falar do povo português. Comove-me o destino, a sorte e o futuro do povo brasileiro.

O regresso?

MPM - Depois do 25 de Abril voltei. Era uma felicidade enorme ver o País, embora sentisse que havia muita gente a falar de liberdade, sem saber o que fazer com ela. A seguir ao Dr. Ramiro Valadão, fui o nono presidente da RTP um ano depois do 25 de abril. Fui presidente da Lusa, director do Diário de Notícias, d'Capital, do Anuário Comercial. Trabalhei 10 anos em empresas privadas. Pouco depois de voltar, conhecemo-nos, a Maria Antónia [Palla] e eu. Passámos a viver juntos, depois casámos.

Um grande amor?

MPM - Um grande amor, que continua. ●

“Falta cumprir Portugal”

O que nos espera em 2014 é pergunta que aflige os portugueses por estes dias. Se 2013 foi o ano em que as palavras “austeridade”, “crise”, “irrevogável”, “Troika”, “refundação” andaram na boca de toda a gente e a expressão “regresso aos mercados” ganhou novo significado para a maioria das pessoas, 2014 começou com os termos “Contribuição Extraordinária de Solidariedade” a ecoar na cabeça de todos os pensionistas que recebem uma pensão superior a 1000 euros brutos, medida que vai afectar mais cerca de 80 mil pessoas e que foi anunciada logo no início do ano. O desemprego está, segundo números oficiais, nos 15,5% e os funcionários públicos vêem os seus ordenados encolher a cada mês que passa, tudo a bem do ajustamento económico e financeiro. Valeu a pena o esforço dos portugueses em 2013? Haverá luz ao fundo do túnel em 2014? O Jornal Sénior lançou o desafio de traçar o futuro próximo do País a sete personalidades de diferentes quadrantes da sociedade portuguesa.

Texto e Fotografia: Sandra Bernardo

Januário Torgal

Jornal Sénior - Que análise sócio-económica faz do ano de 2013?

Januário Torgal - Eu acho que é, no seguimento dos anos anteriores, mais um capítulo desta saga que para mim é profundamente desconsoladora. Porque nós vivemos entre dois sistemas: é o sistema que administra esta “empresa” que é Portugal. É um sistema que começou sem verdade, que do ponto de vista ético teve entorses de intenções e de objectivos. É um sistema ditatorial que foi imposto do ponto de vista económico-financeiro, em ordem a uma solidificação orçamental, ao pagamento da dívida - em relação à qual eu e sem dúvida um grande número de portugueses estamos de acordo: pagamos, mas não pagamos de qualquer forma. Esse é o primeiro sistema: autocrático, de força, não é um sistema de equidade. O segundo sistema é o dos administrados, os que estão esmagados pela pirâmide. Eu tenho citado imensas vezes uma frase que ouvi a uma senhora deputada do CDS-PP, no início da legislatura, que dizia: «eu posso garantir que ninguém ficará para trás». E nós estamos em 2014, com dois milhões, pelo menos, de pobres, dois milhões de pessoas que ficaram para trás. Ora a coesão social é fundamental para que um Estado possa sobreviver, para que a vida de justiça da sociedade possa de facto progredir. E o que nós encontramos é uma sociedade perfeitamente doente: a recessão, as PME a fechar, o IVA a esmagar a restauração, os grupos sectoriais a serem agredidos (e já não falo só dos professores, são os reitores das universida-

des que se zangam, é o diálogo praticamente fechado com o actual ministro da Educação), são os problemas dos estaleiros de Viana do Castelo, é o problema dos suicídios, é o desaparecimento da classe média... Quando, por exemplo, o fundador do PSD, Francisco Sá Carneiro, diz nos seus escritos que a austeridade é possível, com duas condições: que a classe trabalhadora e os pobres não sejam atingidos. As pessoas hoje têm pouco valor para a cultura nacional e muito pouco valor para o governo.

JS - Qual o acontecimento de 2013 que considera ser mais relevante?

JT - Dois acontecimentos, que são duas figuras: uma, a do Papa Francisco, que eu traduzo nas palavras de um amigo, um leigo bem conhecido da vida universitária, que há uns meses me encontrou e disse: «você agora anda todo feliz, porque finalmente encontrou o Papa que queria». Eu não digo que não... Mas, com todo respeito, e com a alegria que tenho pelo Papa Francisco, tenho de realçar também a figura de Mandela. Porque Mandela traduz, até para nós, nesta crise toda, aquilo que Abril significou para o País.

Com certeza que o Papa Francisco (de quem aliás estou a ler mais um livro, já li quase tudo o que ele escreveu) tem hoje uma influência no mundo espantosa. Mas realço também Mandela, porque foi um libertador, um defensor dos direitos humanos. Foi um homem que teve coragem perante a barbárie, perante a selvajaria. E foi um homem que teve valores éticos que o levaram até à reconciliação. E eu sinto tantas vezes no mundo político português a animosidade, a perseguição, a delação, a raiva, a auto-complacência... E é por is-

so que, olhando para trás, quando eu penso na Revolução de Abril, eu penso que foram dois temas que são gémeos: a defesa dos direitos humanos e a proclamação da justiça social. Daí a ligação que faço ao pensamento de Mandela: tu só serás membro da humanidade, se fores humano para os outros. E eu estou num País onde isso não acontece. Falta cumprir Portugal.

JS - Considera que em 2014 o actual cenário vai manter-se? Que alterações antevê (nas esferas social, económica, cultural, outras)?

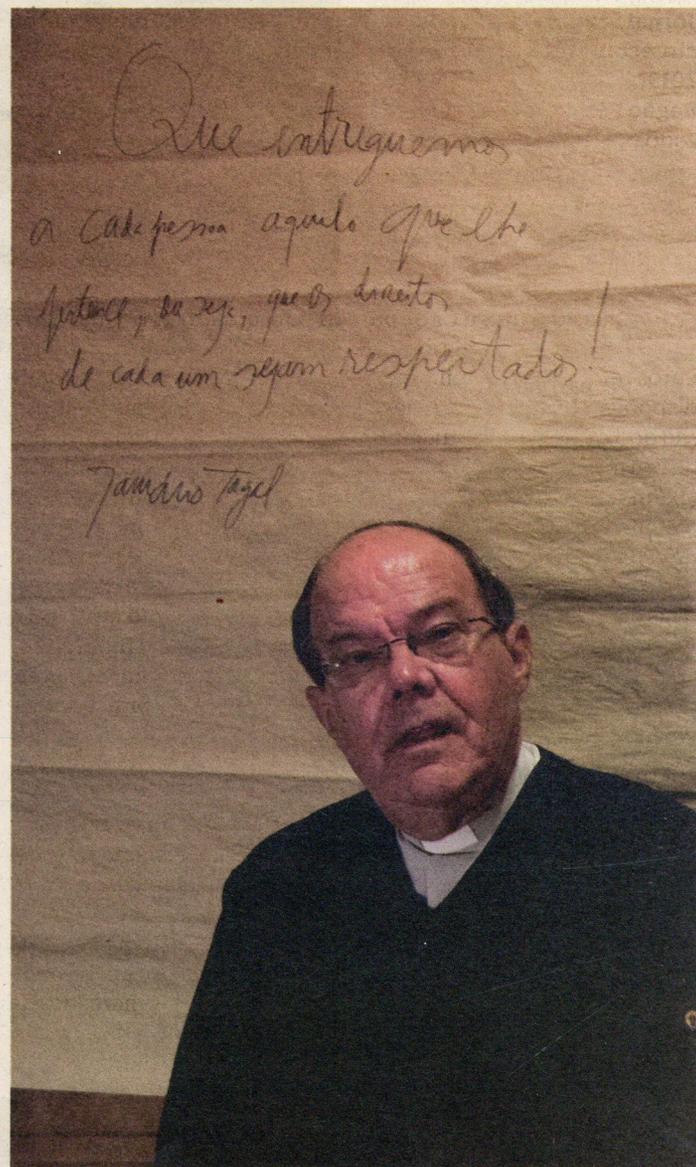
JT - Eu continuo a pensar que estaremos melhor quanto mais nós tivermos um governo que traduza a opinião pública portuguesa. Embora muitos digam que nada muda porque somos “paus-mandados”, apesar do ar obediente de muita gente que diz que o País está muito bem, que não vale a pena mudar, ou que mesmo mudando não-de-fazer as mesmas coisas, eu o que gostaria era de ter um novo governo. Que exprimisse o nosso mal-estar e o nosso sofrimento - que é uma coisa que não encontro na actual governação. Parece-me que é bastante difícil o meu sonho ser alcançado, mas pode ser que haja outras condições. Porque, mesmo perante o imperialismo da troika, se nós tivéssemos pessoas que estivessem mais do lado do sofrimento do povo, isso ia ser extremamente benéfico. Nós não teríamos os sofrimentos e os constrangimentos que as camadas do fundo da pirâmide estão neste momento a sofrer. Se houvesse uma distribuição da riqueza um pouco mais equitativa.

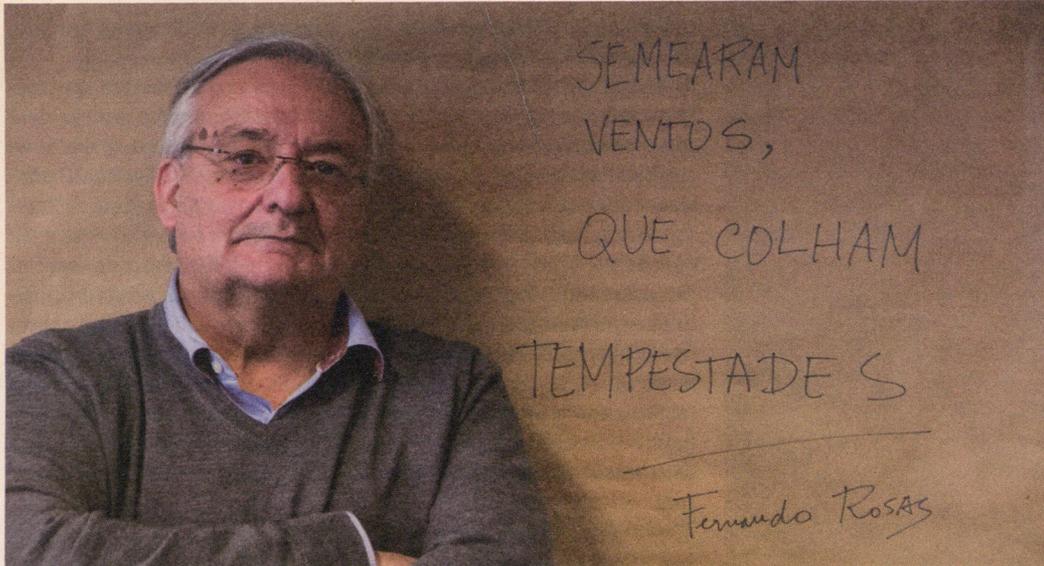
JS - Na sua perspectiva, que medidas se afiguram mais urgentes?

JT - O aumento do consumo, o

empenhamento no crescimento económico, que não enganassem a opinião pública com falsos empregos. Que criássemos, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, autênticos empregos, onde a dignidade humana fosse respeitada. Que sectores fundamentais da sociedade tivessem uma reforma total: penso no mundo da Justiça, penso no mundo da Educação, penso no mundo da Segurança

Social. E seria por aí que eu começaria: que as pessoas que estão a ser mais penalizadas, que esta população de dois milhões tivesse aquilo que nunca teve. Eu não quero dizer, de forma irresponsável, que de um dia para o outro lhes déssemos tudo, como os que ganham as eleições prometem. Mas que déssemos a essas pessoas, gradualmente, aquilo que fosse proporcional aquilo que não lhes temos dado.





Fernando Rosas

Jornal Sénior - Que análise sócio-económica faz do ano de 2013?

Fernando Rosas - Foi um ano de agressão social sem precedentes na história da nossa democracia (desemprego massivo, cortes salariais e nas

pensões, aumento da jornada de trabalho não paga, ataque à contratação colectiva e aos direitos do trabalho), de destruição económica do tecido produtivo, de alienação pelas privatizações dos sectores estratégicos da economia nacional, de agravamento fiscal brutal sobre os rendimentos do trabalho e dos reformados-tudo

isto à sombra de um fanatismo ideológico neoliberal inteiramente vinculado aos interesses oligárquicos e do capital financeiro. Um governo de total promiscuidade com os grandes interesses e vergonhosamente tutelado pela troika.

JS - Qual o acontecimento de 2013 que considera ser mais relevante?

Bagão Félix

Jornal Sénior - Que análise sócio-económica faz do ano de 2013?

Bagão Félix - Foi um ano marcado por um severa austeridade social e por momentos de turbulência na estabilidade da coligação governamental. O aumento brutal de impostos traduziu-se numa arrecadação de cerca de mais 40% (IRS e CES), ou seja, à volta de 4000 milhões de euros retirados ao rendimento disponível das famílias. A decisão do Tribunal Constitucional de considerar inconstitucionais algumas medidas teve, todavia, o efeito positivo na economia de esbater alguma austeridade e não afundar tanto as expectativas dos consumidores. A escolha, porém, não é entre austeridade e não austeridade. Estando o País fortemente endividado e limitado a uma relação financeira entre o credor e o devedor, este cumpre as metas que lhe são impostas. Mas não estamos condenados à unicidade das medidas sempre sobre os mesmos.

Neste contexto, tem sido conflagrador ver a ligeireza técnica e a insensibilidade com que se trata a questão social.

Está a pulverizar-se o sistema previdencial e a destruir a sua base contributiva já tão debilitada. A Segurança Social ficou

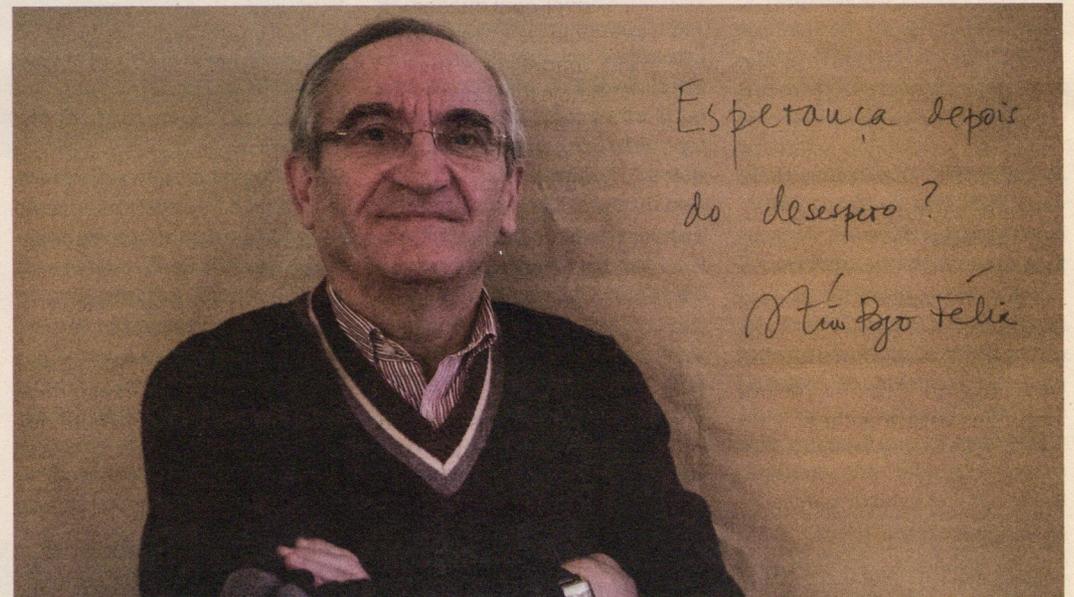
refém das Finanças que assim consumaram uma almejada "OPA" hostil e gratuita sobre o direito de propriedade que, no fundo, constituem as pensões. Como é tão delicado alterar um contrato de renda ou PPP e é tão imponderadamente alterável um contrato de uma pensão contributiva!

JS - Qual o acontecimento de 2013 que considera ser mais relevante?

BF - O acórdão do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade de certas medidas governamentais (embora, na minha opinião, tenha deixado passar a mais inconstitucional de todas, a Contribuição Extraordinária de Solidariedade sobre reformados e pensionistas), e a crise política do Verão.

JS - Considera que em 2014 o actual cenário vai manter-se? Que alterações antevê (nas esferas social, económica, cultural, outras)?

BF - Nos últimos tempos têm-se vindo a notar, no plano da economia, alguns sinais positivos mais consistentes, ainda que débeis. A saída (técnica) da recessão económica, a boa evolução das exportações, a redução da elevadíssima taxa de desemprego, a melhoria nos mercados da dívida são, entre outros, sinais dessa viragem. 2014 será o ano do fim do programa de ajustamento concertado com a troika, mas seja qual for o caminho



seguinte, ainda está cheio de "pedras" e exige uma disciplina incompatível com rasgos demagógicos e de fantasia seja de quem for.

JS - Na sua perspectiva, que medidas se afiguram mais urgentes?

BF - Bom seria que a tão aclamada reforma do Estado avançasse para além da pura lógica orçamental que tem sido excessivamente concentrada em certos grupos sociais, designadamente reformados e desempregados.

O tempo de severa austeridade veio acentuar esta controvérsia. Compreendo os constrangimentos dos responsáveis políticos emparedados entre credores

FR - Sem dúvida as múltiplas formas de protesto e resistência por parte dos sindicatos, dos movimentos sociais e das forças políticas de esquerda contra as políticas do governo PSD/PP e da troika.

JS - Considera que em 2014 o actual cenário vai manter-se? Que alterações antevê (nas esferas social, económica, cultural, outras)?

FR - A manter-se este governo e esta política e a não existirem alterações substanciais nas políticas europeias, todos os factores de crise tenderão a manter-se e até a agravar-se, apesar das ligeiras e conjunturais melhorias nos negócios de alguns sectores económicos e da finança. Para os desempregados, os pensionistas, os trabalhadores por conta de outrém ou os jovens graduados, a não existir uma substancial mudança de rumo o futuro não se apresenta risinho. Mas é precisamente a eles que cabe agir e contrariar essa pretensa fatalidade.

JS - Na sua perspectiva, que

medidas se afiguram mais urgentes?

FR - Em linguagem telegráfica: é imperioso substituir este governo de destruição nacional por uma aliança de forças sociais e políticas que viabilize e suporte um governo capaz de adoptar as seguintes medidas de urgência pública: a) renegociar a dívida (montantes, juros, prazos), b) operar uma reforma fiscal redistributiva e que taxe os rendimentos e lucros com justiça social e impacto dinamizador na economia, c) Adoptar medidas de controlo público da banca e do crédito para canalizar para o apoio ao fomento económico e do emprego os lucros e poupanças entesourados em exclusivo interesse da acumulação privada, do capital financeiro e dos grandes interesses, d) Redinamizar a procura interna e a criação de emprego repondo os rendimentos dos salários e pensões e das contribuições sociais injustamente roubados aos trabalhadores, pensionistas e desempregados.

infra-sensíveis ao bem comum. Mas o que me custa a entender é a obsessão de colocar em primeiro lugar os sacrifícios sobre quem deveria ser o último recurso depois de escrutinado tudo o resto. Assim como usar-se a Segurança Social como mero volante orçamental de curto-prazo e delapidando a confiança no contrato social. Custa-me ver incitamentos à fragmentação geracional de jovens contra velhos e vice-versa, como se os velhos de hoje, quando novos, tivessem tido as condições dos tempos de agora.

Um programa de ajustamento num contexto de inexistência de moeda própria escolhe discricionariamente as "vítimas",

ao contrário de uma desvalorização monetária onde todos os tipos de rendimentos e activos suportam os custos.

O "regime sacrificial" (na certa expressão do PR) de um pensionista médio é já o somatório de mais e mais IRS, de sobretaxas, da CES, da não actualização das pensões, da redução de participação de medicamentos, da redução da pensão de sobrevivência, da eliminação de passes de transporte reduzidos, etc..

Urge acabar com a ideologia punitiva sobre os mais velhos que se manifestou nos últimos anos entre um muro de indiferença, um biombo de manipulação, uma ausência de reflexão colectiva e uma tecnocracia gélida.